

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – UNIFAE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

PEDRO BAIZI

A ESPERANÇA VENCEU O MEDO? :

Influência da Teologia da Libertação no governo Lula

São João da Boa Vista – 2005

PEDRO BAIZI

A ESPERANÇA VENCEU O MEDO? :

Influência da Teologia da Libertação no governo Lula

Relatório de fundamentação do projeto experimental, modalidade livro-reportagem, apresentado como exigência final para obtenção do título de bacharel do curso de Comunicação Social – Jornalismo, sob orientação do professor Francisco de Assis Carvalho Arten.

São João da Boa Vista – 2005

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
PARTE 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 Por que a escolha deste tema?	12
1.2 Igreja e política	13
1.3 A importância da teologia da libertação	14
1.4 Teologia da libertação e governo Lula	15
PARTE 2 – ESQUEMA DE PROCEDIMENTOS	16
2.1 Fontes consultadas	16
2.2 Dificuldades encontradas	18
2.3 A escolha do livro-reportagem	18
PARTE 3 – DESCRIÇÃO DO PRODUTO	20
3.1 O que é livro-reportagem	20
3.2 Público Alvo	22
3.3 Projeto gráfico	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS	26

INTRODUÇÃO

O objetivo deste livro-reportagem é mostrar a influência exercida pela Teologia da Libertação no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). O produto é uma exigência legal para obtenção da graduação em Comunicação Social – Jornalismo – pelo UNIFAE - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - de São João da Boa Vista (SP).

No livro-reportagem segui os critérios da linguagem jornalística, ensinado na faculdade e praticado nas redações de jornais e revistas, como a coerência textual, a concisão, a clareza nas idéias apresentadas e a consulta a diversas fontes de informação. A maneira utilizada para tornar o projeto universitário, em um produto acadêmico, foi a concisão.

Mesmo não sendo uma tarefa fácil, escrever um livro-reportagem foi a realização de um antigo sonho que se concretizou a cada capítulo que ia sendo concluído. O objetivo foi unir em um mesmo trabalho o prazer pela escrita, a política e a Igreja.

A elaboração deste tipo de produto é restrita a uma pequena parcela de jornalistas e escritores que se identificam com esta modalidade. Apesar de inexperiente neste tipo de trabalho, iniciei o livro fazendo uma retrospectiva da nossa recente história: buscando no passado o surgimento da Teologia da Libertação.

Em seguida revelei alguns movimentos sociais criados e/ou incentivados pela Teologia da Libertação durante este tempo como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na seqüência, abordo a participação de Lula nos movimentos sociais e comprovo, com as palavras do próprio Lula, que ele se considera membro da Teologia da Libertação.

Quais os motivos que levaram alguns dos principais teólogos a fundarem o Partido dos Trabalhadores (PT) é um outro assunto que abordei no decorrer do livro-reportagem. Registro

também a participação da Igreja nesse processo de fundação do PT e que tipo de ajuda foi prestada a essa nova agremiação.

Ao assumir a presidência da República, Lula levou consigo os seus antigos aliados de luta social, entre esses, alguns dos principais nomes da Teologia da Libertação. Fiz uma cuidadosa pesquisa a fim de encontrar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), membros desta Teologia, além de mencionar um breve currículo de cada um deles.

Concluí o livro-reportagem trazendo a opinião de alguns dos principais nomes da Teologia da Libertação sobre o governo do presidente Lula. Percebi nestes depoimentos a decepção e a esperança de cada um daqueles que contribuíram com a proposta da Teologia da Libertação.

De acordo com a pesquisa produzida, não há no país nenhum livro, seja ele em forma de reportagem ou não, que aborde este assunto diretamente. O que se encontra mais próximo são publicações referentes à Teologia da Libertação e outras sobre o governo Lula, em forma de análise. Dessa forma, este livro-reportagem, além de se tornar pioneiro nesse assunto, certamente servirá de parâmetro para outras publicações do gênero.

No primeiro capítulo abordei a história recente do Brasil com o objetivo de situar o momento histórico do nascimento da Teologia da Libertação. Considerei importante esta referência para que os leitores tenham conhecimento do momento histórico-político e social que o país vivia. Dessa forma iniciei o trabalho: “A década de 1960 no Brasil foi marcada por inúmeros conflitos sociais, políticos e sindicais. Uma guerra urbana não declarada avança por diversas regiões do país. A população se insulta com a alta dos juros, a inflação predatória e a falta de salários mais dignos aos trabalhadores da indústria”.

No segundo capítulo abordo as mobilizações populares em torno dos movimentos sociais, Ceb's e grupos segmentados de interesses como sindicatos e grêmios. Cito também o surgimento

do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Após o início da Teologia da Libertação na década de 60, o Brasil acompanha o rápido crescimento de comunidades e movimentos sociais, incentivados ou criados por teólogos e agentes pastorais, comprometidos com este projeto da libertação”, principio o trabalho.

Em seguida, já no terceiro capítulo, menciono as declarações de Luís Inácio Lula da Silva afirmando a sua formação religiosa. Em entrevista ao jornal “Zero Hora” de Porto Alegre, Lula diz pertencer à Teologia da Libertação. “Apesar das contradições, o presidente Lula revela em entrevista ao jornal ‘Zero Hora’ de Porto Alegre, edição do dia 13 de novembro de 2004, ser membro da Teologia da Libertação. “Tem político que foi fruto da Igreja Católica conservadora. Eu era fruto da Teologia da Libertação”. As frases do presidente foram inseridas em uma matéria especial, produzida pelo diário, intitulada “A Igreja da Libertação chegou ao poder”, dessa forma finalizo o capítulo.

No quarto capítulo é reportado à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e à contribuição da Igreja neste processo. Em resposta à audácia da Igreja do Brasil em apoiar um partido político, o Vaticano pediu que o clero brasileiro contivesse os abusos e o radicalismo da Teologia da Libertação. A Igreja afastou Leonardo Boff da direção da Editora Vozes e lhe impôs o chamado ‘Voto de Silêncio’ por onze meses. Durante este período, Boff não poderia se manifestar publicamente sobre a Teologia da Libertação. A determinação partiu do então cardeal Joseph Ratzinger e foi assinada pelo papa João Paulo II”.

Após a eleição de Lula para a presidência do país, que reporto no quinto capítulo, alguns dos principais nomes da Teologia da Libertação são convidados pelo presidente Lula para ocupar cargos na Esplanada dos Ministérios. “Junto com o presidente Lula, alguns militantes da esquerda católica foram para Brasília auxiliar o governo na administração do país e tentar implantar os

programas sociais planejados durante essas quarenta décadas de mobilização social. A outra parte da esquerda brasileira, embora não esteja presente diretamente no governo, é responsável por dar sustentação ao presidente em seus diversos campos de atuação”.

No sexto capítulo reporto o depoimento de alguns dos adeptos da Teologia da Libertação sobre o governo do presidente Lula. Membros da Igreja, da política e dos movimentos sociais foram convidados a opinar sobre o governo federal. Registrei a decepção de alguns e a esperança de outros. “Um dos principais pontos de desavença entre a Teologia da Libertação e o governo do Partido dos Trabalhadores é sobre a política econômica administrada pelo Banco Central. Segundo os membros da Libertação, o governo tem atendido aos interesses das grandes instituições financeiras e capitalistas, desprezando a política social que, teoricamente, deveria ser a grande marca dessa administração”.

Dedico o sétimo capítulo à relação da Teologia da Libertação e o Vaticano, de modo especial, com o papa João Paulo II. “Ao longo dos 26 anos de seu governo, João Paulo II recebeu muitas críticas da “esquerda católica” – grupo de leigos, incluindo parte do clero que são contrários a alguns posicionamentos do Vaticano. Entre esses está o padre Hans Küng, teólogo suíço radicado na Alemanha, que teve seu direito de catequizar cassado pela Igreja em 1995, por criticar severamente a política institucional do catolicismo”.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Certamente optar pela escrita de um livro-reportagem foi um grande desafio. Afinal, escrever uma “grande reportagem”, como sugere o jornalista Ricardo Kotscho, com informações consistentes e bem apuradas, fontes confiáveis e bons textos, não é uma tarefa fácil de ser realizada. Exige muita dedicação, esforço e disposição. Foi necessário adotar alguns métodos técnicos que possibilitassem a escrita deste livro-reportagem. Pesquisei o que é um livro reportagem através de autores como Edvaldo Pereira Lima e Ricardo Kotscho e destaco as seguintes considerações: “A maneira mais correta de compreender o que é livro-reportagem exige um rápido mergulho de contexto no universo do jornalismo. Requer identificar de imediato suas características primárias mais evidentes”. (LIMA, 1993, p. 8)

“É um momento em que você não pode errar, não tem o direito do fracasso. A única maneira de diminuir os riscos é se calçar bem, antes: ler no arquivo do jornal tudo o que já se publicou sobre o tema, não só para se informar, mas para não repetir uma história já contada. Depois, é montar com muita calma um roteiro. Saber direito quem são os personagens, situações e lugares mais ricos – o que vier a mais é lucro”. (KOTSCHO, 1995, p. 71-72)

“O valor essencial do livro-reportagem na sociedade moderna reside em sua capacidade de estender a função informativa e orientativa do jornalismo cotidiano. A imprensa regular deixa muitos vazios encobertos, que podem ser e são desvendados pela reportagem na forma de livro. Mais do que isso, o livro-reportagem contribui para que o leitor conquiste uma compreensão ampliada da contemporaneidade, à medida que não fica, muitas vezes, limitado aos fatos isolados do cotidiano que geram as notícias dos outros veículos jornalísticos”. (LIMA, 1993, p. 17)

O tema deste livro-reportagem é muito amplo e poderia ser mais bem abordado em diferentes aspectos. Pela pesquisa que realizei em livros, revistas, jornais na Internet, a Teologia da Libertação está presente em todos os países da América Latina, além de ser alvo de estudo de

pesquisadores europeus. E a participação da Igreja Católica nos governos políticos do mundo inteiro é notória desde a época medieval. Essa participação é ainda mais acentuada em países classificados como “terceiro mundo”.

“Teologia da Libertação representa mais do que simplesmente teologia. Representa a Igreja de todo um continente e uma Igreja envolvida com o processo histórico de um povo. Por trás da Teologia da Libertação há gente, há luta, há vida. Ela é sintoma de um processo, que é ao mesmo tempo eclesial e social. Atrás dela há um povo e não livros. Trata-se da “pequena diferença” que separa a teoria da prática”. (BOFF, 1985, p. 12)

“Neste processo de libertação está presente, aliás, explícita ou implicitamente, um subtrato que convém não esquecer. A busca da libertação do subcontinente vai mais longe que a superação da dependência econômica, social e política. Consiste, mais profundamente, em ver o devir da humanidade como um processo de emancipação do homem ao longo da história, orientando para uma sociedade qualitativamente diferente, na qual se sinta o homem livre de toda servidão, seja o artífice de seu próprio destino. É buscar a construção de um homem novo”. (GUTIERREZ, 1975, p. 87)

Diante dessa pluralidade de caminhos que poderiam ser percorridos durante a escrita deste livro, foi necessário direcionar o trabalho buscando mais objetividade. Durante o tempo de escolha, fui afinando o tema, de acordo com as possibilidades de pesquisa e consulta às fontes, até chegar a um determinado caminho: a influência da Teologia da Libertação no governo Lula.

1.1 - Por que a escolha deste tema?

Reuni neste trabalho três grandes paixões pessoais: a Igreja, a política e o jornalismo. Unir esses três elementos em um mesmo trabalho é a realização individual, pois dediquei boa parte do meu tempo para estudar e aprimorar conhecimentos sobre esses assuntos. Fora o prazer pessoal, o tema está em evidência nos últimos meses. A evidência e a curiosidade sobre a Teologia da Libertação se acentuam após a eleição de Lula. Mais tarde, com a morte do papa João Paulo II e a

eleição do cardeal Joseph Ratzinger – guardião da Doutrina da Fé. O autor considera também que este tema é importante na formação política e social do brasileiro, incentivando a consciência política de cada cidadão.

1.2 – Igreja e Política

A história revela que desde o início do cristianismo, a igreja Católica sempre esteve presente no governo político de cada país ou região do planeta e que, o papa – líder máximo da Igreja – chegou a assumir a administração de diversos países ocupando cargos como rei e imperador.

“A Igreja é historicamente uma instituição política. Durante a Idade Média, ela era responsável pela consciência dos homens, mas de suas ações em todos os campos. Suas diretrizes eram ordens, cujo desacato implicava em graves punições. Sua estrutura administrativa hierárquica estabelecia claramente uma cadeia de comando, com funções específicas em cada uma de suas áreas. O Imposto denominava-se, então, dízimo. Como hoje, ele era obrigatório. Quando surge o Estado moderno a partir do século XVI, ele adota uma organização que a Igreja lhe oferecia como bem-sucedida do ponto de vista de seu funcionamento. O modelo estava à disposição. A Igreja anuncia o Estado”.
(Denis Lerrer Rosenfield. *Igreja e Política*. Disponível em:
. Acessado em: 12 abril 2005.

Trabalhar este estreito relacionamento entre Igreja e Estado (expressão mais usual para definir esta aproximação) – mesmo que a Teologia da Libertação não represente oficialmente o catolicismo - é um grande desafio para qualquer jornalista. Não apenas pelo valor que cada instituição, de certa forma, representa para a sociedade brasileira, mas, pelo poder que cada uma dessas instituições detém no país.

“De todas as formas de uma coisa estamos convencidos: serão os próprios cristãos oprimidos, empenhados evangelicamente pela libertação integral (portanto também econômica, política e cultural) que irão julgar do valor prático e real que um documento oficial de Roma pode trazer ao seu compromisso de busca daquela vida, daquela dignidade, daquele pão, daquele amor e daquela graça que Deus quer já aqui na história para os seus filhos”. (BOFF, 1985, p. 68).

1.3 – A importância da Teologia da Libertação

Discutir os problemas sociais como a fome e a miséria dentro das igrejas, das fábricas e locais de trabalho, conduzir o povo para uma reflexão dos problemas brasileiros e buscar soluções para tal, são algumas das virtudes que a Teologia da Libertação conquistou no país.

A maneira como ela foi praticada desde o seu surgimento, talvez pelo desejo rápido de mudanças dos seus militantes iniciais e pela própria circunstância, causou um mal-estar na elite e nas classes dominantes do país. Até mesmo o Vaticano se posicionou, de certa forma, contrária ao movimento e pediu à Igreja do Brasil que fosse cautelosa com o movimento.

“Celebrou uma missa campal na Esplanada dos Ministérios e saudou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como "o corpo episcopal mais numeroso do mundo". A CNBB, então sob a presidência de d. Ivo Lorscheiter, de Santa Maria (RS), recebeu apoio e solidariedade do papa, mas também ouviu reprimendas. Na reunião de Brasília, João Paulo II recomendou cautela contra excessos da Teologia da Libertação e advertiu para os riscos de manipulação política do evangelho”. (JOSÉ MARIA MAYRINK. *O papa no Brasil*. Disponível em: . Acesso em: 25 junho 2005.

Pedido não atendido pela maioria dos religiosos e religiosas envolvidos neste processo de transformação social.

As marcas da Teologia da Libertação no país não são reconhecidas diretamente, pois ela não levantava sua própria bandeira, mas, incentivava a bandeira e a causa dos outros movimentos

sociais. A Teologia da Libertação presta uma espécie de assessoria, de orientação e apoio, ora material, ora espiritual.

Como na campanha das “Diretas Já”, em 1984, época em que o país protestava pelo direito de eleger os seus próprios governantes. Nesta manifestação a Teologia da Libertação esteve presente, infiltrada na política, no povo e no desejo de mudança.

1.4 – Teologia da Libertação e Governo Lula

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República trouxe novo ânimo aos militantes da Teologia da Libertação e, ao mesmo tempo, esperança aos movimentos sociais. A expectativa, até então, era a de que um aliado das lutas e movimentos sociais, sindicatos e pastorais – e hoje, presidente do país – atendesse aos interesses do povo bem como suas agremiações representativas. “Nós nos sentimos, pela primeira vez, como pessoas da casa. Até hoje o governo era nosso contraditório, era alvo de nossa crítica. De repente, os nossos companheiros estão lá”, declarou o teólogo Leonardo Boff à Radiobrás.

A relação existente entre o governo Lula e a Teologia da Libertação é notória à medida que os cargos de confiança existentes nos ministérios foram e ainda continuam sendo preenchidos por membros da “esquerda católica” – como ficaram rotulados os adeptos da Teologia da Libertação.

O livro verifica a existência dessa aproximação, relatando o depoimento de políticos e religiosos – membros do governo e/ou da Teologia da Libertação - além das diversas evidências encontradas pelo autor em seu trabalho investigativo. “Tem político que foi fruto da Igreja Católica conservadora. Eu era fruto da Teologia da Libertação”, declarou o Luis Inácio Lula da Silva em entrevista ao jornal “Zero Hora”.

2.0 - ESQUEMA DE PROCEDIMENTOS

Além da ética, da responsabilidade e da independência, a prática do jornalismo certamente exige dedicação, persistência e paciência. Estas talvez sejam algumas das principais virtudes de um profissional de comunicação que lida com pessoas, fatos e curiosidades.

“O jornalismo trata de reproduzir a realidade concreta, factual. Seu papel principal é relatar os acontecimentos, de maneira que as pessoas tenham conhecimento do que ocorre nos diversos campos da realidade social e da existência humana, orientando-se assim em relação ao fluxo dinâmico da nossa complexa era”. (LIMA, 1993, p. 9)

Durante este tempo gasto para redigir, editar e publicar o livro-reportagem, exercitei com bastante frequência essas virtudes para poder obter as informações desejadas. Persisti até conquistar a atenção das fontes entrevistadas, após um longo período de insistência.

2.1 – Fontes consultadas

A princípio, para levantar dados sobre o tema e agrupá-los para estudos, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Assisti a documentários exibidos pela Rede Pública de Televisão e acompanhei entrevistas, Internet, livros, revistas, jornais e alguns documentos do Vaticano. Todos consultados para obter as informações necessárias e, assim, direcionar a escrita do livro.

Apesar da facilidade para encontrar o material bibliográfico para pesquisa, tive dificuldade para “cruzar” os dois temas num mesmo trabalho, uma vez que não há no mercado

editorial brasileiro nenhum material mais aprofundado que relate a influência da Teologia da Libertação no governo do presidente Lula.

Assim que encontrava um determinado material e, achava útil aquele conteúdo, mantinha contato com o autor na tentativa de obter uma entrevista. “Como há normalmente um tempo razoável para a produção do livro, o autor não se limita, como no caso da imprensa, a ouvir as fontes consagradas. Abra-se um leque para um coral de vozes vibrantes”. (LIMA, 1993, p. 36)

Abaixo, a relação completa das fontes citadas no livro:

Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto) - Frei dominicano, membro da Teologia da Libertação e ex-assessor especial da presidência da República.

Leonardo Boff - Ex-frei franciscano, ex-diretor da editora Vozes e membro da Teologia da Libertação.

Clodovis Boff - Frei franciscano, adepto da Teologia da Libertação.

Sílvia Fernandes - Coordenadora de pesquisas sócio-religiosas do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS).

José Trasferetti - Padre católico, presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral e professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP).

Maise de Carvalho Gomes Monte - Presidente da comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal e membro da Teologia da Libertação.

Rubem César Fernandes - Mestre em Filosofia pela Universidade de Varsóvia (Polônia) e secretário do Instituto de Estudos da Religião (ISER).

2.2 – Dificuldades encontradas

Algumas fontes procuradas não retornaram as ligações ou responderam aos e-mails. Outras se interessavam pelo tema e concordavam em conceder a entrevista, apesar de disponibilizarem pouco tempo para responder aos questionamentos. Outras foram mais acessíveis e responderam às indagações com mais rapidez.

A maioria dos personagens consultados residia em outros Estados da federação ou em cidades muito longínquas. Leonardo Boff, por exemplo, mora na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro e poucas vezes fora encontrado em sua casa. Já com Frei Betto as entrevistas foram ainda mais difíceis de serem realizadas. Durante este ano, o frei dominicano viajou duas vezes para a Europa, além de participar de congressos e seminários em países da América Latina como Argentina e Venezuela. Logo que consegui ouvir Frei Betto, o religioso avisou estar com a agenda lotada de compromissos e que as entrevistas teriam de ser realizadas nos intervalos dos eventos ou em seus dias de descanso.

Outra dificuldade encontrada para redigir o livro-reportagem foi encontrar material bibliográfico que tratasse do assunto. Como já citado anteriormente, não encontrei na pesquisa nenhum material que abordasse especificamente este tema, mas, sim, alguns trabalhos produzidos sobre a Teologia da Libertação e outros ensaios que avaliavam o governo Lula. Alguns desses livros mencionavam a relação Lula e Teologia da Libertação, porém não de forma aprofundada.

2.3 – A escolha por livro-reportagem

Escrever é uma grande paixão. Logo no primeiro contato com o projeto experimental de jornalismo do UNIFAE, tive a certeza de que optar pela escrita nesta fase do curso seria de grande importância para a carreira profissional em que estava me preparando para entrar.

Desde muito cedo, ainda de maneira amadora, trabalhei na área de jornalismo em um veículo de comunicação impresso. Antes havia tido a oportunidade de trabalhar em rádio, mas acabei por me dedicar à escrita de textos jornalísticos e ensaios acadêmicos.

Diante dessa natural tendência ao jornalismo impresso, não poderia deixar de perder a oportunidade de escrever um livro, cujo intuito do trabalho é unicamente acadêmico e, portanto, sem pretensões comerciais.

“Em síntese, é para isto que serve basicamente o livro-reportagem: para estender o papel do jornalismo contemporâneo, fazendo avançar as baterias de explicações para além do terreno onde estaciona a grande reportagem na imprensa convencional. Mais ainda, o livro-reportagem transcende as concepções norteadoras do jornalismo atual. Tem potencial para assumir posturas experimentais. Tem pique suficiente, se trabalhado de forma adequada, para fazer nascer a vanguarda de um jornalismo realmente afinado com as tendências mais avançadas do conhecimento humano contemporâneo”. (LIMA, 1993, p. 16)

Nesta fase da carreira, é fundamental que o jornalista iniciante tenha um material profissional, bem trabalhado e que grafie o seu nome como o autor daquele projeto. Mais do que enriquecer o currículo, o trabalho tem de se tornar um cartão de visitas personalizado para angariar um bom posicionamento no tão disputado mercado de trabalho.

3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

3.1 – O que é livro-reportagem ?

O primeiro passo para se fazer o trabalho de conclusão de curso é escolher o tipo de modalidade. A qual das opções eu vou me dedicar? Esta é a primeira pergunta que todos aqueles estudantes fazem ao depararem com o TCC. Claro que ao chegar a este estágio, a lógica é o aluno optar pelas suas tendências e habilidades naturais: no meu caso, escrever.

Durante o período de estudos na faculdade, pouco se lecionou sobre o livro-reportagem. Algo que ficasse restrito apenas a alguns comentários de alunos e poucos professores. Ao contrário de outras modalidades, como o vídeo-reportagem e a fotografia, por exemplo – matérias inclusas na grade curricular do UNIFAE.

Tudo o que obtive de informações sobre livro-reportagem: o que é, como escrever, tipo de linguagem empregada etc, foi alcançado por esforço próprio, mediante a leitura de livros, orientações com o professor-orientador e consultas na Internet.

“Veículo de comunicação jornalística não periódica, o livro-reportagem é um produto cultural contemporâneo bastante peculiar. De um lado, amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como que concedendo uma espécie de sobrevida aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas e emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante aventura da viagem pelo conhecimento da contemporaneidade”.
(LIMA, 1993, p. 7)

O jornalismo atual existe como um dos instrumentos da nossa sociedade para se obterem informações sobre tudo o que acontece no país e no mundo. Dentro deste contexto, a maioria dos veículos de comunicação, na sede de divulgar o maior número possível de notícias, acaba trazendo apenas informações superficiais sobre determinado assunto.

Alguns desses assuntos talvez não mereça destaques ou algo mais aprofundado, porém, outros temas abordados nos veículos de comunicação merecem um trabalho jornalístico de investigação, apuração e divulgação mais detalhada e criteriosa, trabalho que, na maioria das vezes, a grande mídia não se interessa em fazer.

“O jornalismo não apenas reproduz os acontecimentos, registrando-os, disseminando-os para a população. Na verdade, essa ação realiza-se carregada de uma intenção, de uma complexa rede de fatores que condicionam a maneira como a notícia ou a reportagem “enxerga” o mundo. O repórter que sai à rua para cobrir um acontecimento está intrinsecamente condicionado a “ver” aquela realidade de acordo com seus valores culturais, com sua formação, com a mentalidade básica vigente em sua época ou em seu grupo racial, até mesmo de acordo com sua herança genética”. (LIMA, 1993, p. 11)

Diante dessa realidade, surge o livro-reportagem: uma extensão daquilo que não se pode ver, ler e ouvir na imprensa tradicional.

“Ora, à medida que certos temas importantes não têm nos veículos jornalísticos convencionais a guarida que merecem, à medida que os profissionais mais criativos e inquietos sentem-se tolhidos no seu potencial, por causa do esquema rigidamente industrial com que se produz o jornalismo atual, a alternativa natural é a elaboração da grande reportagem na forma de livro”. (LIMA, 1993, p. 12 e 13)

3.2 – Público alvo

Este livro-reportagem pretende contribuir com a formação de pesquisadores em teologia, política e religião. O trabalho aborda estes três temas principais, dando margem para outros assuntos como o socialismo e as lutas de classes, por exemplo.

Desse trabalho, outros títulos com o mesmo tema (ou derivado dele) podem surgir para completar os arquivos históricos de casas de cultura e bibliotecas de dioceses e faculdades, além de servir de base para novas pesquisas.

Importante acrescentar que o objetivo principal do trabalho é acadêmico e não comercial. Embora haja alguns contatos com editoras, o livro-reportagem pretende se posicionar bem perante a academia, antes de ser acessível no mercado brasileiro.

Mostrar esse momento histórico da Teologia da Libertação e da política brasileira, certamente será útil para historiadores e demais pesquisadores. É um período muito interessante para ser reproduzido em forma de reportagem. Em forma de livro-reportagem.

Portanto, este trabalho é destinado aos militantes políticos, de modo especial os da esquerda; aos adeptos do socialismo; aos membros da Teologia da Libertação; aos estudantes do curso de Teologia de faculdades e/ou seminários; aos integrantes dos movimentos sociais e populares; aos padres, bispos e demais membros do clero, aos historiadores, pesquisadores e intelectuais.

Além do Brasil, outros países da América Latina poderão consultar este livro-reportagem. Assim como utilizei outros livros escritos por autores de países dessa região como Colômbia e Venezuela, assim também poderá ocorrer com este livro-reportagem. Em toda a América Latina este tipo de publicação é muito escassa e deficiente, podendo ser ampliada com novos trabalhos e pesquisas.

3.3 – Projeto gráfico

O livro-reportagem foi diagramado da maneira que priorizasse preferencialmente o texto, embora algumas imagens foram acrescentadas para “quebrar” a seqüência e, conseqüentemente, descansar o leitor.

O título de cada capítulo foi grafado a partir da metade da página, priorizando o espaço em branco propositadamente deixado na parte de cima da folha. Foi a forma encontrada para valorizar a abertura de um novo capítulo. A tendência na diagramação é dar prioridade aos espaços em branco, proporcionando um visual mais suave. Essa técnica já pode ser vista na grande imprensa.

Em seguida inicia a diagramação do texto, em corpo 13 e fonte Garamond. As margens laterais e inferior também foram recuadas objetivando os espaços em branco. Dessa maneira, o texto fica mais “leve” e mais bem distribuído.

A diagramação foi realizada em Page-Maker 6,5 e as imagens tratadas em Photo-Shop. A montagem da capa foi produzida em Corel-Draw 11.

Em alguns capítulos são inseridas fotos de personagens que foram citadas no trabalho. Além de dar maior visibilidade ao capítulo, a foto chama a atenção do leitor que passa despercebido pelo texto.

A capa é produzida em tons que simbolizam a Igreja e o governo Lula. O amarelo utilizado como pano de fundo da capa e contracapa representa a cor da bandeira do Vaticano e, de certa forma, a Teologia da Libertação. O vermelho que é utilizado para grafar o título do livro representa as cores do socialismo, da esquerda católica e do Partido dos Trabalhadores (PT) – responsável pela eleição do governo Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da Teologia da Libertação no governo federal certamente é a realização de um antigo sonho da esquerda política brasileira. Desde a década de 60, os movimentos sociais e de base (CEB's) desejavam alcançar este espaço na política nacional.

A eleição de Lula para presidente do Brasil trouxe esperança ao povo cansado e oprimido pelas políticas neoliberais, além de dar novo ânimo aos integrantes da esquerda e do socialismo.

Está foi à primeira vez que um não-membro da elite assume o cargo máximo de administração pública do Brasil. A presidência da República, antes ocupada pela nobreza, é obrigada a ceder o espaço para um governante oriundo da pobreza.

Em sua equipe ministerial, Lula faz questão de favorecer os antigos aliados das lutas sindicais e sociais: os adeptos da Teologia da Libertação. Aos poucos, a Esplanada dos Ministérios vai mudando de cor. O vermelho do socialismo vai ocupando Brasília.

Claro que não só de socialismo vive o governo Lula. Pelo contrário.

As fortes ameaças do capitalismo e a influência genética do neoliberalismo têm causado desavença entre os membros do governo. De um lado, aqueles defensores do capitalismo. De outro, os socialistas.

Essas desavenças, por sinal muito saudáveis no ponto de vista de democracia enriquecem o governo e a sociedade, com discussões acaloradas.

REFERÊNCIAS

ANTONCICH, Ricardo. *Temas de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1993.

ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. *Cristianismo: 2000 anos de caminhada*. São Paulo: Paulinas, 1996.

BOFF, Clodovis. BOFF, Leonardo. *Teologia da Libertação no Debate Atual*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHARBONNEAU, Paul Eugene. *Da Rerum Novarum à Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1986.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GRINGS, Dadeus. *Solidarismo: a sociedade do futuro*. Porto Alegre: Serpal, 1978.

GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 2000.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Ivna Sá dos. *Dai-lhes vós mesmos de comer*. Belo Horizonte: Itapuã, 2004.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1992.

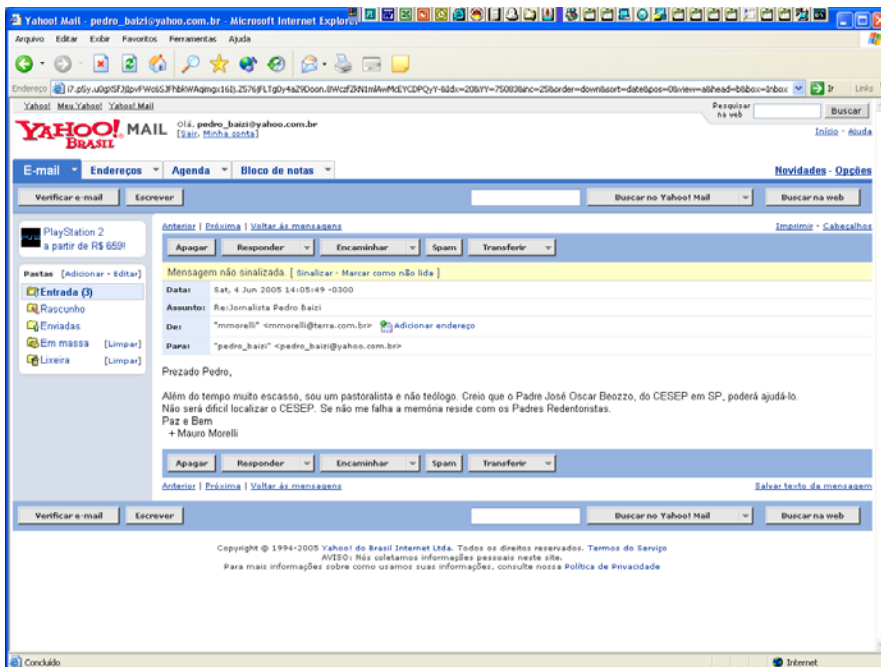
ANEXOS



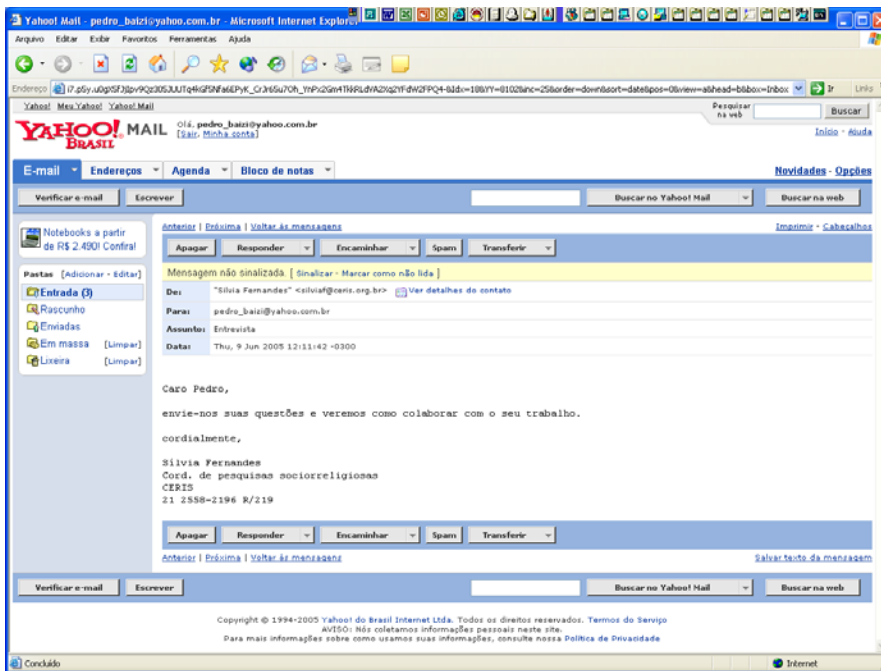
Página na Internet do Ministério das Relações Exteriores mantém informações sobre a Teologia da Libertação.



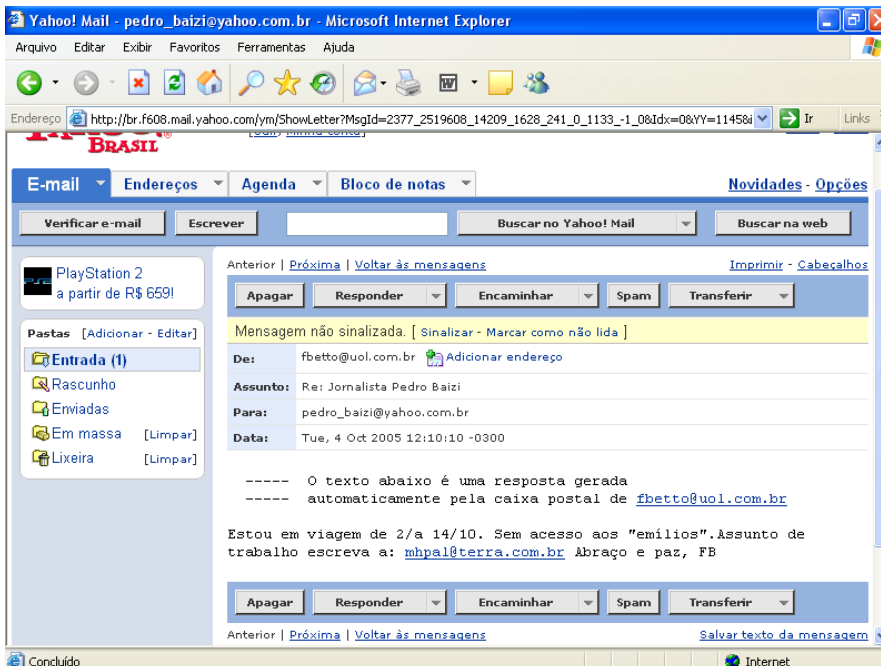
O jornal “Diário do Grande ABC” - região onde Lula iniciou sua militância política, publicou matérias sobre a Teologia da Libertação.



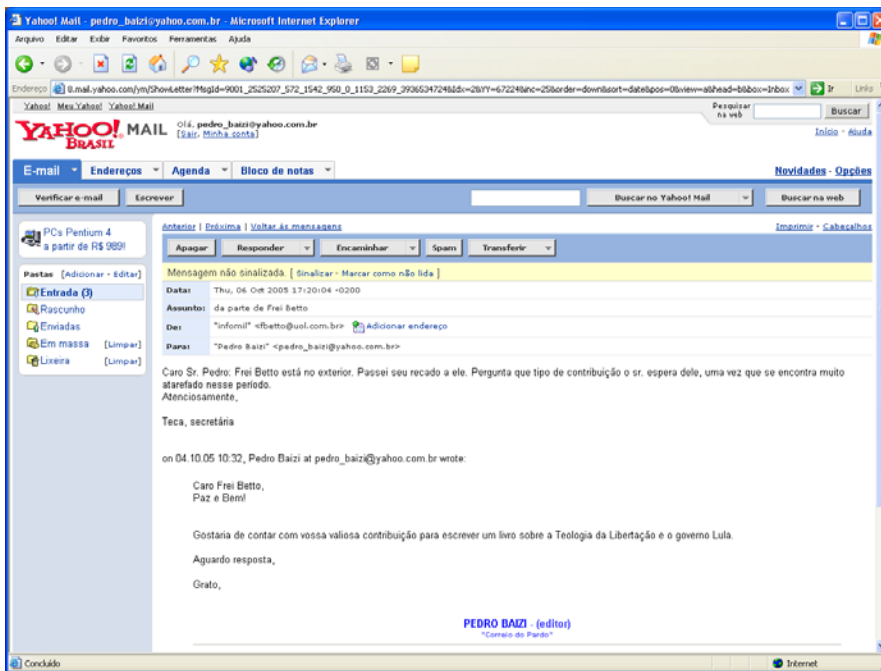
Neste e-mail, Dom Mauro Morelli indica outra fonte para ser consultada.



A coordenadora de pesquisas do CERIS, Silvia Fernandes, se dispõe a contribuir com o trabalho.



Cópia do e-mail enviado por Frei Betto, justificando sua ausência.



Ao ser consultado, Frei Betto se dispõe a colaborar com o trabalho, embora disponha de pouco tempo.

Lei No 10.753, de 30 de outubro de 2003

Institui a Política Nacional do Livro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e pro-mover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

CAPÍTULO II

DO LIVRO

Art. 2º - Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento. Parágrafo único. São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema **Braille**.

Art. 3º - É livro brasileiro o publicado por editora sediada no Brasil, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte no exterior por editor sediado no Brasil.

Art. 4º - É livre a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, isentos de imposto de importação ou de qualquer taxa, independente de licença alfandegária prévia.

CAPÍTULO III

DA EDITORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Art. 5º - Para efeitos desta Lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Art. 6º - Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no **caput** deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 7º - O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema **Braille**.

Art. 8º - É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.

§ 1º - Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:

I - mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;

II - mais de dois anos e menos de três anos: cinquenta por cento do custo direto de produção;

III - mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.

§ 2º - Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.

Art. 9º - O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real. As reversões por excesso irão a crédito para tributação.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais.

Art. 12. É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do art. 2º - desta Lei.

CAPÍTULO IV

DA DIFUSÃO DO LIVRO

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

- a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;
- b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;
- c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro;

V - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no País, podendo ser ouvidas as Administrações Estaduais e Municipais competentes.

Art. 15. (VETADO)

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Art. 18. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Jaques Wagner

Marcio Fortes de Almeida

Guido Mantega

Miro Teixeira